



**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA (CNPJ 23.453.830/0007-65)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (R\$)**



BALANÇO PATRIMONIAL			
	NOTA	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equiv. de caixa	3	6.359.129	5.464.020
Contas a receber	4	2.804.250	55.096
Estoques	5	635.137	683.475
Adiantamento a funcionário		92.334	50.687
Outros Créditos		25.818	1.411
Despesas antecipadas		3.517	3.459
Depósitos Judiciais		324.884	136.633
NÃO CIRCULANTE		6.475.710	2.922.256
Contas a receber	5	2.236.311	2.236.311
Depósitos judiciais	13	580.812	580.812
Imobilizado, líquido - Contrato de Gestão	6	3.472.641	-
Imobilizado líquido	6	118.952	105.133
Intangível líquido	7	66.994	-
TOTAL DO ATIVO		16.720.779	9.317.037
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9	2.314.081	1.884.108
Obrigações trabalhistas	10	1.940.068	1.853.306
Obrigações sociais	11	310.210	293.674
Obrigações fiscais		307.436	71.230
Partes relacionadas	8	109.906	119.823
NÃO CIRCULANTE		9.264.351	1.390.198
Partes relacionadas	8	650.000	1.215.000
Obrig. para Investimentos	12	8.439.153	-
Provisão p/ contingências	13	175.198	175.198
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	2.474.727	3.704.698
Patrimônio social		3.704.698	4.184.832
(Déficit) do exercício		(1.229.971)	(480.134)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16.720.779	9.317.037

DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT			
	NOTA	2022	2021
REC. OPERACIONAIS			
Serv. prest. pacientes SUS		39.051.156	33.778.753
CUSTOS		(34.538.634)	(28.848.772)
Pessoal e encargos		(10.045.241)	(9.444.001)
Serviços de terceiros		(19.373.986)	(13.622.826)
Materiais e medicamentos		(5.119.407)	(5.781.945)
DESPESAS		(5.878.426)	(5.549.570)
Pessoal e encargos		(2.511.310)	(2.361.000)
Despesas gerais e admin.	14	(3.318.170)	(3.201.985)
Depreciação/amortização		(47.634)	(33.274)
Impostos, taxas e contribuições		(8.539)	(18.712)
Outras receitas e desp. operac.		7.227	65.401
FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		135.933	139.455
Despesas financeiras		(127.841)	(60.101)
Receitas financeiras		263.774	199.556
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(1.229.971)	(480.134)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	Patrimônio Social	(Déficit) acumulado	Total
Em 31/12/2020	2.989.153	1.351.194	4.340.347
Incorp. ao Patr. Social	1.351.194	(1.351.194)	-
Ajustes patrimoniais (155.515)		-	(155.515)
(Déficit) do exercício		(480.134)	(480.134)
Em 31/12/2021	4.184.832	(480.134)	3.704.698
Incorp. ao Patr. Social (480.134)		480.134	-
(Déficit) do exercício		(1.229.971)	(1.229.971)
Em 31/12/2022	3.704.698	(1.229.971)	2.474.727

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉT. INDIRETO			
	2022	2021	
Fluxos de caixa das ativ. operacionais			
Déficit do exercício	(1.229.971)	(480.134)	
Ajustes para conciliar o resultado			
Depreciação/amortizações	47.634	33.274	
Déficit ajustado (Aum./Red. em contas de Ativo)	(1.182.337)	(446.860)	
Contas a receber	(2.749.154)	-	
Outros créditos	(254.305)	(158.806)	
Estoques	48.338	71.825	
Despesas antecipadas	(57)	(3.459)	
Aumento/(Redução) em contas de Passivo			
Fornecedores	429.973	283.186	
Obrigações trabalhistas	86.762	62.094	
Obrigações sociais	16.536	33.499	
Obrigações tributárias	236.206	(98.909)	
Outras obrigações	8.439.153	(138)	
Ajustes patrimoniais	-	(155.515)	
Caixa líquido (utilizado)/proveniente das atividades operacionais	5.071.115	(413.083)	
Atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado	(3.523.788)	(2.064)	
Aquisição de bens do intangível	(77.301)	-	
Atividades de financiamentos	(574.917)	(21.738)	
Transações com partes relacionadas	(574.917)	(21.738)	
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	895.109	(436.885)	
Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)			
existente no início do exercício	5.464.020	5.900.905	Saldo
Saldo existente no final do exercício	6.359.129	5.464.020	
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	895.109	(436.885)	

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL: a) **Objetivos Sociais:** O Hospital Geral de Tailândia foi inaugurado oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 2011. O Hospital possui 51 (cinquenta e um) leitos e conta com uma Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) que oferece 9 (nove) leitos, sendo 06 (seis) destinados a pacientes adultos e 03 (três) infantes e funciona em regime semi-intensivo para receber pacientes em estado grave, além de oferecer os serviços: ortopedia, traumatologia, cardiologia, radiologia, cirurgia geral e anestesiológica, exames de mamografia, endoscopia, ultrassonografia, eletrocardiograma, raios-x e laboratoriais. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Avenida Florianópolis, s/nº, bairro Novo, cidade de Tailândia/PA. b) **Contrato de Gestão:** O Hospital Geral de Tailândia é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de julho de 2013, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2018, vigente até 30 de junho de 2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Em 20 de outubro de 2022, a obteve renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, com validade pelo período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023, pela portaria nº 764 emitida pelo Ministério da Saúde. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar nº 187/2021. c) **Déficit do exercício de 2022:** Em 2022 o Hospital arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 1.229.971 no exercício. A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 13 de março de 2023. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis:**

a) **Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. b) **Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. c) **Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam

da vida útil econômica esperada. d) **Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. e) **Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. f) **Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. g) **Auração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. h) **Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. i) **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. j) **Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2022 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.

l) Patrimônio líquido: Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. m) **Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

	2022	2021
Caixas	1.000	1.000
Banco conta movimento	2.382.620	93.333
Aplic. financ. de liq. imediata	3.975.509	5.369.687
	6.359.129	5.464.020
As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço.		
4. CONTAS RECEBER: O saldo de circulante refere-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 30/06/2023.		
	2022	2021
Contrato 002/2018 - SESPA	2.804.249	55.096
	2.804.249	55.096
Não circulante		
Contrato 020/2013 - SESPA	2.236.311	2.236.311
	2.236.311	2.236.311
O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores do contrato anterior, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado		

>>> continua >>>